

CLIPPING DE NOTÍCIAS



Título: Em um mês, mercado imobiliário movimenta R\$ 55,7 milhões em Manaus

Veículo: G1

Data: 08/06/2018

Caderno: Amazonas

Página: On-line

Enfoque:
Positivo (X) Negativo () Neutro ()

Link: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/em-um-mes-mercado-imobiliario-movimenta-r-557-milhoes-em-manaus.ghtml>

Em um mês, mercado imobiliário movimenta R\$ 55,7 milhões em Manaus


Imóveis de padrão econômico representaram 81% das vendas de abril.



Por G1 AM
08/06/2018 09h16 - Atualizado 08/06/2018 09h16



Cidade de Manaus (Foto: Leandro Tapajós/G1 AM)


 mercado imobiliário movimentou R\$ 55,7 milhões em Manaus durante o mês de abril. A informação foi divulgada nesta quinta-feira (7) pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Amazonas (SINDUSCON-AM) e Associação das Empresas do Mercado Imobiliário no Estado do Amazonas (ADEMI-AM).

Segundo a Pesquisa do Mercado Imobiliário, foram vendidos 205 apartamentos, quatro imóveis comerciais e 39 unidades horizontais (casas e terrenos) ao todo. Em relação ao mesmo mês do ano passado, quando foram vendidas 195 unidades, as vendas aumentaram em 5%.

De acordo com o levantamento, o padrão econômico representou 81% das vendas dos imóveis residenciais, com 167 unidades comercializadas. Em janeiro, essas unidades representaram 73% das vendas dos imóveis residenciais, com 142 unidades comercializadas. Em fevereiro, quando foram vendidas 131 unidades desse padrão, a tipologia representou 72% das vendas e, em março 70,6% - com 161 unidades comercializadas.

A pesquisa indica, ainda, que os imóveis de dois quartos também seguem na preferência dos manauaras. Em abril, foram vendidas 173 unidades dessa tipologia - o que representa 84% dos imóveis residenciais comercializados no período.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Em Manaus, venda de imóveis padrão econômico atinge 81% só em abril		
	Veículo: Amazonas Atual	Data: 08/06/2018	Enfoque: Positivo (X) Negativo () Neutro ()
	Caderno: Economia	Página: On-line	
	Link: http://amazonasatual.com.br/em-manaus-venda-de-imoveis-padrao-economico-atinge-81-so-em-abril/		

Em Manaus, venda de imóveis padrão econômico atinge 81% só em abril



No total, foram vendidos 205 apartamentos, quatro imóveis comerciais e 39 unidades horizontais (casas e terrenos)
(Foto: Fernando Frazão/ABr)

Da Redação

MANAUS – o Mercado imobiliário de Manaus movimentou R\$ 55,7 milhões em abril. No mês, o padrão econômico representou 81% das vendas dos imóveis residenciais, com 167 unidades comercializadas. Os dados são da Pesquisa do Mercado Imobiliário, divulgada nesta quinta-feira, 7, pelo Sindicato da **Indústria** da Construção Civil do Amazonas (SINDUSCON-AM) e Associação das Empresas do Mercado Imobiliário no Estado do Amazonas (ADEMI-AM).

No total, em abril, foram vendidos 205 apartamentos, quatro imóveis comerciais e 39 unidades horizontais (casas e terrenos). Em relação ao mesmo mês do ano passado, quando foram vendidas 195 unidades, as vendas aumentaram em 5%.

O presidente do SINDUSCON-AM, Frank Souza, atribui o resultado aos incentivos da Caixa Econômica Federal (CEF) à novas modalidades de financiamento para habitação. “Eu credito isso ao lançamento, no mercado de Manaus, do Faixa 1,5 do Minha Casa Minha Vida. Esse tipo de produto tem valor mais barato, é um produto para uma faixa de renda de menor poder aquisitivo. Ele (imóvel) tem um grande subsídio fornecido pelo governo. Isso faz com que viabilize as vendas”, destaca.


A residências de padrão econômico continuam liderando as vendas. Em janeiro, essas unidades representaram 73% das vendas dos imóveis residenciais, com 142 unidades comercializadas. Em fevereiro, quando foram vendidas 131 unidades desse padrão, a tipologia representou 72% das vendas e, em março 70,6% – com 161 unidades comercializadas.

De acordo com o diretor da Comissão da **Indústria** Imobiliária da ADEMI-AM, Henrique Medina, essa é uma tendência na capital. “As unidades de padrão econômico são os imóveis que possuem a maior velocidade sobre a oferta do mercado, ou seja, são as unidades com maior procura e venda em nossa cidade”, ressalta.

A pesquisa indica, ainda, que os imóveis de dois quartos também seguem na preferência dos manauaras. Em abril, foram vendidas 173 unidades dessa tipologia – o que representa 84% dos imóveis residenciais comercializados no período.

“Elas estão localizadas em diversos bairros da cidade, tais como, Tarumã, Lírio do Vale, Planalto, São José, Santa Etelvina, Novo Israel, entre outros”, afirma Medina.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Imóveis de padrão econômico representam 81% das vendas de abril, em Manaus		
	Veículo: Portal Marcos Santos	Data: 08/06/2018	Enfoque: Positivo (X) Negativo () Neutro ()
	Caderno: Notícias	Página: On-line	
	Link: https://www.portalmarcossantos.com.br/2018/06/08/imoveis-de-padrao-economico-representam-81-das-vendas-de-abril-em-manaus/		

Imóveis de padrão econômico representam 81% das vendas de abril, em Manaus



Foto: Arquivo

O Mercado imobiliário de Manaus movimentou R\$ 55,7 milhões em abril. No mês, o padrão econômico representou 81% das vendas dos imóveis residenciais, com 167 unidades comercializadas. Os dados são da Pesquisa do Mercado Imobiliário, divulgada na quinta-feira (7) pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Amazonas (SINDUSCON-AM) e Associação das Empresas do Mercado Imobiliário no Estado do Amazonas (ADEMI-AM).

No total, em abril, foram vendidos 205 apartamentos, quatro imóveis comerciais e 39 unidades horizontais (casas e terrenos). Em relação ao mesmo mês do ano passado, quando foram vendidas 195 unidades, as vendas aumentaram em 5%.

Leia também: [Câmara aprova regras para desistência de compra de imóvel](#)

O presidente do SINDUSCON-AM, Frank Souza, atribui o resultado aos incentivos da Caixa Econômica Federal (CEF) a novas modalidades de financiamento para habitação. “Eu credito isso ao lançamento, no mercado de Manaus, do Faixa 1,5 do Minha Casa Minha Vida. Esse tipo de produto tem valor mais barato, é um produto para uma faixa de renda de menor poder aquisitivo. Ele (imóvel) tem um grande subsídio fornecido pelo governo. Isso faz com que viabilize as vendas”, destaca.


A residências de padrão econômico continuam liderando as vendas. Em janeiro, essas unidades representaram 73% das vendas dos imóveis residenciais, com 142 unidades comercializadas. Em fevereiro, quando foram vendidas 131 unidades desse padrão, a tipologia representou 72% das vendas e, em março 70,6% – com 161 unidades comercializadas.

De acordo com o diretor da Comissão da Indústria Imobiliária da ADEMI-AM, Henrique Medina, essa é uma tendência na capital. “As unidades de padrão econômico são os imóveis que possuem a maior velocidade sobre a oferta do mercado, ou seja, são as unidades com maior procura e venda em nossa cidade”, ressalta.

A pesquisa indica, ainda, que os imóveis de dois quartos também seguem na preferência dos manauaras. Em abril, foram vendidas 173 unidades dessa tipologia – o que representa 84% dos imóveis residenciais comercializados no período.

“Elas estão localizadas em diversos bairros da cidade, tais como, Tarumã, Lírio do Vale, Planalto, São José, Santa Etelvina, Novo Israel, entre outros”, afirma Medina.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Imóveis de padrão econômico representam 81% das vendas de abril, em Manaus		
	Veículo: D24AM	Data: 07/06/2018	Enfoque: Positivo (X) Negativo () Neutro ()
	Caderno: Economia	Página: On-line	
	Link: http://d24am.com/economia/imoveis-de-padrao-economico-representam-81-das-vendas-de-abril-em-manaus/		

Imóveis de padrão econômico representam 81% das vendas de abril, em Manaus

No mês, o mercado imobiliário movimentou R\$ 55,7 milhões, conforme pesquisa do Sinduscon-AM e Ademi-AM. Foram 167 unidades comercializadas

Com informações da assessoria / redacao@diarioam.com.br



Manaus - o Mercado imobiliário de Manaus movimentou R\$ 55,7 milhões em abril. No mês, o padrão econômico representou 81% das vendas dos imóveis residenciais, com 167 unidades comercializadas. Os dados são da Pesquisa do Mercado Imobiliário, divulgada nesta quinta-feira (7) pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Amazonas (Sinduscon-AM) e Associação das Empresas do Mercado Imobiliário no Estado do Amazonas (Ademi-AM).





Em abril, o mercado imobiliário movimentou R\$ 55,7 milhões, conforme pesquisa do Sinduscon-AM e Ademi-AM. Foram 167 unidades comercializadas. (Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil)

No total, em abril, foram vendidos 205 apartamentos, quatro imóveis comerciais e 39 unidades horizontais (casas e terrenos). Em relação ao mesmo mês do ano passado, quando foram vendidas 195 unidades, as vendas aumentaram em 5%.

O presidente do Sinduscon-AM, Frank Souza, atribui o resultado aos incentivos da Caixa Econômica Federal (CEF) a novas modalidades de financiamento para habitação. “Eu credito isso ao lançamento, no mercado de Manaus, do Faixa 1,5 do Minha Casa Minha Vida. Esse tipo de produto tem valor mais barato, é um produto para uma faixa de renda de menor poder aquisitivo. Ele (imóvel) tem um grande subsídio fornecido pelo governo. Isso faz com que viabilize as vendas”, destaca.


As residências de padrão econômico continuam liderando as vendas. Em janeiro, essas unidades representaram 73% das vendas dos imóveis residenciais, com 142 unidades comercializadas. Em fevereiro, quando foram vendidas 131 unidades desse padrão, a tipologia representou 72% das vendas e, em março 70,6% - com 161 unidades comercializadas.

De acordo com o diretor da Comissão da Indústria Imobiliária da Ademi-AM, Henrique Medina, essa é uma tendência na capital. “As unidades de padrão econômico são os imóveis que possuem a maior velocidade sobre a oferta do mercado, ou seja, são as unidades com maior procura e venda em nossa cidade”, ressalta.

A pesquisa indica, ainda, que os imóveis de dois quartos também seguem na preferência dos manauaras. Em abril, foram vendidas 173 unidades dessa tipologia - o que representa 84% dos imóveis residenciais comercializados no período.

“Elas estão localizadas em diversos bairros da cidade, tais como, Tarumã, Lírio do Vale, Planalto, São José, Santa Etelvina, Novo Israel, entre outros”, afirma Medina.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Presidente do Secovi representa Paraíba em evento no Amazonas		
	Veículo: Paraíba Online	Data: 10/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Notícias/Economia	Página: On-line	
	Link: https://paraibaonline.com.br/2018/06/presidente-do-secovi-representa-paraiba-em-evento-no-amazonas/		

Presidente do Secovi representa Paraíba em evento no Amazonas

Da Redação. Publicado em 10 de junho de 2018.



Foto: Ascom


Com objetivo de discutir temas relevantes no setor da construção civil e de toda a cadeia produtiva do mercado imobiliário, foi realizado na cidade de Manaus, no estado do Amazonas, a reunião da Comissão da Indústria Imobiliária.



Foto: Ascom

A Paraíba foi representada pelo Presidente do Secovi-PB, o empresário do setor imobiliário, Érico Feitosa.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Claro e Escuro		
	Veículo: D24AM	Data: 11/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Primeiro Plano	Página: 02	


Alças de retorno

A partir desta segunda-feira, a Prefeitura de Manaus inicia a construção de quatro alças de retorno na Rotatória do Produtor, nos acessos das avenidas Autaz Mirim, Camapuã e Itaúba, na zona leste. A exemplo de outros locais de trânsito intenso, a obra irá garantir mais fluidez e segurança aos condutores.

MAIS INFO

1,5% é a média da previsão do PIB para este ano, segundo grandes bancos brasileiros. A expectativa, anteriormente, era que o PIB chegasse a 2%, mas a incerteza eleitoral e estagnação econômica derrubaram as previsões.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Prefeito lança, hoje, plano de obras verão		
	Veículo: Diário do Amazonas	Data: 11/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Cidades	Página: 07	

PREFEITO LANÇA, HOJE, PLANO DE OBRAS VERÃO

Ocupação Trabalhos vão utilizar os cem primeiros selecionados pela Seminf e que irão atuar nos serviços de tapa-buracos, recapeamento de vias, novos retornos e pontes em concreto, a partir desta segunda

Da Redação

Redacao@diarioam.com.br

Manaus

O prefeito Arthur Virgílio Neto lança, nesta segunda-feira, no Grande Vitória, zona leste de Manaus, o Plano de Obras de Verão. As ações, realizadas por meio da Secretaria Municipal de Infraes-

trutura (Seminf), serão levadas aos bairros com serviços de tapa-buracos, recapeamento de vias, novos retornos e pontes em concreto e terão o reforço dos novos servidores contratados por meio do Processo Seletivo do órgão.

As obras vão dar ocupação aos cem primeiros servidores convocados após o Processo Seletivo Simplificado (PSS) da Secretaria municipal de In-

fraestrutura (Seminf) que se apresentaram e receberam, no sábado (9), seus uniformes e equipamentos para o início dos trabalhos. Eles foram aprovados para as vagas de servente de pedreiro, na seleção que preencheu 300 vagas e cadastrou mais 300 trabalhadores para reserva.


No sábado, na presença do vice-prefeito de Manaus, Marcos Rotta, e do secretário mu-

nicipal de Infraestrutura, Kelton Aguiar, os novos contratados receberam as primeiras orientações do trabalho. “Temos a grandeza e, ao mesmo tempo, a humildade para reconhecer que passamos por um inverno rigoroso e, mesmo durante esse período, as ações da Seminf não cessaram, foram reduzidas por conta do clima, mas continuaram. Com a chegada desse reforço nas equipes

da secretaria, estaremos nas ruas diuturnamente. Se preciso, de madrugada, para melhorarmos a infraestrutura na cidade de Manaus”, destacou o vice-prefeito Marcos Rotta.

Com as novas equipes em campo, a meta é atender, mensalmente, 2 mil ruas com serviços básicos de infraestrutura até o final do verão, totalizando 10 mil vias atendidas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Ganho de informais é 10% menor com a crise		
	Veículo: D24AM	Data: 11/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Brasil	Página: On-line	
	Link: http://d24am.com/economia/ganho-de-informais-e-10-menor-com-a-crise/		

Ganho de informais é 10% menor com a crise

Rendimento real caiu para todas as faixas etárias de trabalhadores fora do mercado formal, na comparação com o primeiro trimestre de 2014, segundo estudo de consultoria baseado na PNAD

Estadão Conteúdo / redacao@diarioam.com.br



Brasília - O trabalhador brasileiro que exerce uma atividade informal hoje ganha em valores reais, já considerada a inflação, até 10% menos do que ganhava há quatro anos, antes do início da crise, segundo cálculos da consultoria LCA com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua.



Renda diminuiu e vulnerabilidade aumentou para esses brasileiros (Foto: Divulgação/Agência Brasil)

O rendimento real caiu para todas as faixas etárias de trabalhadores que estavam fora do mercado formal, na comparação entre o primeiro trimestre de 2014, ano em que o País vivia uma sensação de pleno emprego, e os três primeiros meses deste ano.

Sem direitos trabalhistas, esses brasileiros viram a renda diminuir e a vulnerabilidade aumentar. A renda real deles vinha aumentando entre o início de 2012, primeiro ano da Pnad Contínua, até 2014. A partir de 2015, com a recessão e a reversão do emprego, esse rendimento começou a cair.

Os números levam em consideração os empregados em empresas privadas sem carteira assinada e os trabalhadores por conta própria. O total de trabalhadores nessa situação aumentou de 35,7 milhões, no primeiro trimestre de 2012, para 38 milhões no mesmo período deste ano – a maioria deles com idades entre 26 e 50 anos.

“A crise transformou formais em informais e colocou no mercado algumas pessoas que nunca tinham precisado trabalhar. Para essas pessoas, a porta de entrada foi a informalidade”, afirma Cosmo Donato, da LCA.

Os informais brasileiros com idades entre 19 e 25 anos foram os que mais perderam – tiveram uma queda de 9,6% do rendimento médio mensal, passando de R\$ 1.042 por mês para R\$ 941,70, enquanto os trabalhadores mais velhos perderam entre 5% e 7% da renda.


O rendimento real dos formais também caiu, mas a queda nas três principais faixas etárias é menor do que entre os trabalhadores informais que tinham a mesma idade.

Segundo Donato, é natural que o rendimento real do trabalhador tenha caído nesse período. “O trabalhador informal sempre teve de sobreviver em condições complicadas, mas sua renda foi muito afetada porque a crise fez com que a única forma de inserção de milhões de pessoas no mercado fosse pelo trabalho sem carteira assinada ou por conta própria”.

Donato lembra que dois fenômenos costumam ocorrer durante períodos de recessão: o trabalhador formal aceita ganhar menos para exercer a mesma função, e a falta de vagas empurra trabalhadores menos qualificados para a informalidade.

A informalidade também cresceu mais entre os brasileiros que têm de 19 a 25 anos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Claro e Escuro		
	Veículo: D24AM	Data: 10/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Primeiro Plano	Página: 02	

'Inverno' tardio

O prefeito Arthur Neto lança, nesta segunda-feira (11), no Grande Vitória, zona leste, o Plano de Obras de Verão, em meio ao 'inverno' que teima em se recolher. As ações da Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seminf) terão o reforço dos novos servidores contratados por meio do processo seletivo do órgão.


CPF do imóvel

A Receita Federal vai implantar o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter). Cada imóvel terá um número de identificação perene, o Cadastro Imobiliário Nacional (CIN), uma espécie de CPF do imóvel, com os proprietários identificados.

Maia sugere pacto para votar Previdência

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu um pacto entre os candidatos à Presidência pela reforma da Previdência logo após as eleições. Para Maia, esse compromisso seria uma sinalização para o mercado e ajudaria o País a atravessar a turbulência.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Maia já articula reeleição à presidência da Câmara, após baixo apoio ao Planalto		
	Veículo: Diário do Amazonas	Data: 10/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Política	Página: 09	

Maia já articula reeleição à presidência da Câmara, após baixo apoio ao Planalto

Candidatura A saída da disputa presidencial vai explicitar as articulações do DEM. O presidente da Câmara tem defendido um novo polo de poder, distante do PSDB - parceiro histórico - e do MDB

Estadão Conteúdo

Redacao@diarioam.com.br

Brasília

Sem passar de 1% nas pesquisas de intenção de voto ao Palácio do Planalto, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), já admite, em conversas com aliados, desistir da disputa. Maia prepara o argumento para a desistência e passou a articular apoio para se reeleger ao comando da Casa na próxima legislatura. "Vou trabalhar pela minha candidatura até o limite, mas, de forma nenhuma, vou para esse processo sozinho", disse.

A saída de Maia da disputa presidencial vai explicitar as

articulações do DEM no processo eleitoral. O presidente da Câmara tem defendido um novo polo de poder, distante do PSDB - parceiro histórico - e do MDB.

Há cerca de um mês, o deputado intensificou negociação com partidos de centro, entre eles, PP, PRB e SD, para que marchem juntos na campanha. Com a entrada do PR no bloco, ele passou a ser um dos principais entusiastas da aliança dessas legendas em torno da candidatura do empresário mineiro Josué Gomes (PR), dono da Coteminas e filho do ex-vice-presidente José Alencar.

Maia e aliados não descartam uma composição com o ex-governador paulista Geral-



Pablo Trindade

Eleições Rodrigo Maia deve desistir da disputa para a Presidência

do Alckmin (PSDB), mas têm feito acenos a outros presidentiáveis, entre eles, o ex-ministro Ciro Gomes (PDT). A avaliação dos dirigentes dessas legendas de centro é de que


não se pode descartar o potencial eleitoral do pedetista.

Na negociação, o DEM pede compromisso de apoio à reeleição de Maia para o comando do Legislativo. Sua candi-

datura ao Planalto, desde o início, era vista como uma tentativa de o deputado se cacifar politicamente e eleitoralmente, uma vez que tem piorado seu desempenho nas urnas ao longo dos anos - em 2014 foi eleito com 53,1 mil votos, ante quase 200 mil de 2006.

A pouco mais de um mês do início das convenções partidárias, a saída de Maia da disputa também é mais um sinal da depuração dos 17 nomes que se apresentaram até agora como pré-candidatos. Nesta semana, a deputada estadual Manuela D'Ávila (PCdoB) admitiu abrir mão de sua pré-candidatura à Presidência nas eleições 2018 em torno de um nome que unifique a esquerda.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Gasolina é 'vilã' da inflação com alta de 21% no acumulado dos últimos 12 meses		
	Veículo: Diário do Amazonas	Data: 09/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Economia	Página: 10	

Gasolina é 'vilã' da inflação com alta de 21% no acumulado dos últimos 12 meses

Custos A política de reajustes da Petrobras influenciou o comportamento do IPCA, nos últimos 12 meses. O diesel subiu 19,7%, o gás de cozinha 13%, o gás natural veicular, 13,8%, e a energia elétrica, 3,97%

Agência Estado

Redacao@diarioam.com.br

Brasília

O aumento nos preços dos combustíveis, acompanhando a política de reajustes de preços da Petrobras, tem pesado na inflação oficial do País nos últimos 12 meses. O

grande vilão do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) nos últimos 12 meses foi a gasolina, com um aumento nas bombas de 21,48%, o equivalente a 0,81 ponto porcentual da taxa de 2,86% acumulada pelo IPCA no período.

O diesel subiu 19,78% em 12 meses, mas pesa menos na inflação ao consumidor, por

isso o impacto se limitou a 0,03 ponto porcentual.

O gás de botijão ficou 13,04% mais caro em 12 meses, uma contribuição de 0,16 porcentual para a inflação do período. O Gás Natural Veicular (GNV) aumentou 13,84%, impacto de 0,02 ponto porcentual.

A gasolina e o diesel puxaram a alta de 1,38% registrada


pela inflação de preços monitorados em maio, ao lado do item energia elétrica. Em 12 meses, a energia elétrica ficou 3,97% mais cara, uma influência de 0,14 ponto porcentual sobre o IPCA.

A inflação de bens e serviços monitorados pelo governo acumulada em 12 meses ficou em 8,15% em maio.

Segundo o IBGE, a gasolina

ficou 3,34% mais cara em maio, o que resultou também no maior impacto sobre a inflação do mês, o equivalente a 0,15 ponto porcentual da taxa de 0,40% registrada pelo IPCA. O óleo diesel subiu 6,16% no IPCA de maio, mas com impacto de apenas 0,01 ponto porcentual. Já o etanol caiu 2,80%, um impacto negativo de 0,03 ponto porcentual.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Consumidor não sente juros baixos		
	Veículo: Jornal do Comercio	Data: 08/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Opinião	Página: A2	

Repasse da queda dos juros é o menor desde 2003 e teve, até agora, efeito quase nulo ao consumidor

Consumidor não sente juros baixos

O ciclo de afrouxamento monetário encerrado pelo BC (Banco Central) em maio teve, até agora, os efeitos mais fracos para o consumidor final desde 2003.

Segundo estudo do Credit Suisse, o recuo da taxa de juros do crédito para pessoa física, até março, correspondeu a 90% da queda da Selic (taxa básica de juros), da economia. Em outros quatro períodos em que o Copom (Comitê de Política Monetária), do BC, reduziu de forma expressiva a Selic, o repasse para o consumidor sempre foi maior que a própria queda da taxa de juros, atingindo, em média, 250%.

No ciclo atual, por exemplo, enquanto a Selic diminuiu 7,75 pontos percentuais, o juro para a compra de veículos retrocedeu quatro pontos, e o do cheque especial, 3,6 pontos.

No ciclo de 2009, quando a Selic caiu cinco pontos percentuais, os mesmos tipos de juros recuaram 11 pontos e sete pontos, respectivamente.

O economista-chefe do Credit Suisse, Leonardo Fonseca, lembra que hoje a Selic é uma das únicas ferramentas com possibilidade de impulsionar a atividade econômica, já que o resultado fiscal do governo tem impedido investimentos públicos, e as exportações têm uma contribuição limitada, por serem focadas em commodities. "O consumo, que já cresceu mais, também está caindo. O principal motor da economia ainda é a queda da Selic".

Com uma Selic pouco eficiente, no entanto, a economia tem registrado uma recuperação lenta.

O estudo do Credit não chega a apontar as causas da



Leonardo Fonseca, Selic pode impulsionar a economia

ineficiência do afrouxamento monetário, mas Fonseca aponta como hipótese a maior concentração do setor bancário -que reduz a concorrência e, consequentemente, a necessidade de as instituições financeiras oferecerem taxas mais atrativas ao

consumidor." Normalmente, a inadimplência explicaria isso (um repasse da redução dos juros menor), mas não é o caso atual. Agora, pode estar associado à questão de o mercado não ter mais a competitividade de antes", diz Fonseca.

A inadimplência do crédito livre entre o consumidor pessoa física estava em 6,2% em setembro de 2016, quando começou o atual ciclo de afrouxamento monetário. No início do ciclo de 2009, que teve o maior impacto sobre o crédito entre os cinco analisados, com um repasse ao consumidor de 394%, a inadimplência era de 7,9%, segundo relatório do Banco Central divulgado em março. Fonseca destaca ainda o patamar dos juros cobrado no cheque especial, que subiu de 200% ao ano em julho de 2013 para 330% em novembro de 2016, permanecendo nesse nível até agora. “Até se justifica o cheque especial ter uma taxa superior, porque é uma operação arriscada para os bancos. Mas a taxa subiu durante a recessão e não voltou ao nível anterior. Não faz sentido uma taxa tão elevada”, diz o economista, que

destaca que o estudo analisou 69,5% da carteira de crédito livre para pessoa física.

O economista do Credit Suisse, porém, afirma que, mesmo com o BC tendo encerrado o ciclo de afrouxamento monetário e apesar do repasse fraco registrado até agora, a tendência é que a redução da Selic ainda tenha efeitos positivos sobre o crédito e a economia nos próximos trimestres. “O efeito máximo da queda dos juros ocorre em três ou quatro trimestres (após ele ser fixado). Ainda tem muito por vir”, frisa. A economista Isabela Tavares, da consultoria Tendências, calcula que os efeitos serão percebidos até o fim deste ano. “Isso sem contar outras medidas que o Banco Central adotou, como a redução da alíquota do compulsório e o cadastro positivo (registro sobre histórico de pagamento dos consumidores)”.

CLIPPING DE NOTÍCIAS



Título: Legislação impede novos empreendimentos

Veículo: Jornal do Comercio

Data: 08/06/2018

Caderno: Economia

Página: A5

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Código Florestal e regulamentação de distratos são discutidos pelo setor imobiliário e de construção

Legislação impede novos empreendimentos

ARTUR NAMEDE
amamede@cam.com.br

Os mercados imobiliário e de construção são os dois setores que mais se ressentem pela profusão de leis que acabam por inviabilizar negócios. Leis federais como o Código Florestal e a regulamentação do distrato, foram discutidas na quinta-feira (7) e estarão novamente na pauta da Ademi-AM (Associação das Empresas do Mercado Imobiliário no Estado do Amazonas) que se reúne hoje com a CII (Comissão da Indústria Imobiliária) da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) para tratar de interesses do setor em nível nacional e também de pautas locais. A regulamentação do distrato (extinção das obrigações estabelecidas em um contrato anterior) que foi aprovada pela Câmara dos Deputados na quarta-feira (6) passou a ser um dos pontos nevrálgicos do setor, conta o presidente da Ademi-AM Albano Máximo. "A aprovação do PL (Projeto de Lei) garantirá que os adimplentes continuem no jogo. Do jeito que está, 50% dos compradores desistem da negociação e ainda tem restituição. Mas 50% é a garantia do incorporador e esses distratos prejudicam a outra metade que está adimplente", disse.

"A crise causada pela insegurança jurídica é mais danosa que a crise econômica. Voltando ao assunto dos distratos, muitos são causados por atrasos, que muitas vezes não são previsíveis. Período de chuvas, falta de material de construção e paralisações de trabalhadores podem

causar esse delay nas entregas. Tínhamos uma tolerância de 180 dias para entrega, mas muitos juizes e o MPF (Ministério Público Federal) enxergam isso como ilegal e abusivo", lamenta Albano Máximo.

Jaboticaba

A restituição para os desistentes, segundo Máximo, é uma "jaboticaba". "Em outros países, quem sai do jogo perde. Só no Brasil é diferente, a legislação criou uma jaboticaba, algo que só tem aqui no Brasil. A pessoa desiste do contrato, recupera o dinheiro e ainda prejudica os demais compradores e construtoras", ressalta. Ainda de acordo com Máximo o setor só não quebrou por ser "saúdável", mas os prejuízos existem.

Código Florestal

Outro pon-



Indefinições no distrato tem causado insegurança jurídica a incorporadoras

tenham de 200 a 600m de largura; e 500m, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600m. "A legislação acaba por comprometer o mercado incorporador no interior do Estado,

Balanco de abril

As unidades residenciais econômicas, principalmente do PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida), continuam movimentando o mercado imo-

Indústria da Construção Civil do Amazonas) na quinta-feira (7). O padrão econômico representou 81% das vendas dos imóveis residenciais, com 167 unidades comercializadas.

quando foram vendidas 195 unidades, as vendas aumentaram em 4,8%.

As residências de padrão econômico continuam liderando as vendas. Em janeiro, essas unidades representaram 73% das vendas dos imóveis residenciais, com 142 unidades comercializadas. Em fevereiro, quando foram vendidas 131 unidades desse padrão, a tipologia representou 72% das vendas e, em março 70,6% com 161 unidades comercializadas.

A pesquisa indica que os imóveis de dois quartos também seguem na preferência dos manauaras. Em abril, foram vendidas 173 unidades dessa tipologia - o que representa 84% dos imóveis residenciais comercializados no período.

SERVIÇO

O QUE?

Reunião da CII da CBIC

QUANDO?

Sexta-feira (8), das 9h30 às 17h

ONDE?

Hôtel Quality Manaus (av. Mário Ypiranga, 1090 - Adrianópolis)

to a ser discutido é o do Código Florestal que impede a construção em faixas de terra próximas a cursos d'água. "Aqui em Manaus uma grande incorporadora desistiu de erguer um condomínio por não ver chance de seguir em frente. O que queremos é que esse limite para construir, a partir de rios e igarapés, seja melhor pensado quando aplicado no perímetro urbano, já que as distâncias inviabilizam novos empreendimentos", comenta.

A distância permitida pelo Código Florestal (atualizado pela lei nº 12.727/12) para construção é de 30 metros, para os cursos d'água de menos de 10 metros de largura; 50m, para os cursos d'água que tenham de 10 a 50m de largura; 100m, para os cursos d'água que tenham de 50 a 200m de largura; 200m, para os cursos d'água que te-

quando diz que nada pode ser construído em até 500 metros das margens dos rios".

Combate a burocracia

Albano Máximo reconhece o esforço de algumas entidades no combate a burocracia, o que facilita a chegada de novas incorporações, movimentando a economia e gerando empregos. "Temos tido grandes avanços junto a prefeitura quanto a prazos, negociações de taxas e outros. Uma de nossas maiores lutas agora é manter IPTU Progressivo de modo que não afete de forma negativa o mercado imobiliário", explica Albano. Segundo o representante do setor no Amazonas, o aumento progressivo do imposto, se não for bem pensado, penaliza o proprietário que pode abandonar o terreno ou prédio de vez.

biário no Amazonas, conforme o balanço divulgado pela Ademi-AM (Associação das Empresas do Mercado Imobiliário no Estado do Amazonas) e Sinduscon-AM (Sindicato da

No total, em abril, foram vendidos 205 apartamentos, quatro imóveis comerciais e 39 unidades horizontais (casas e terrenos). Em relação ao mesmo mês do ano passado,

Fórum debate a indústria imobiliária

Ainda tratando de interesses do setor em nível nacional e também com pautas locais, a CII (Comissão da Indústria Imobiliária) da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) se reúne nessa sexta-feira (8) em Manaus, com Ademís e Sinduscons de outros Estados. Estarão presentes os presidentes do Sinduscon-AM, Frank de Souza e da Ademi-AM, Albano Máximo Neto; o governador Amazonino Armando Men-


des; o prefeito de Manaus, Arthur Neto e o empresário Ulisses Tapajós Neto.

O diretor da CII da Ademi-AM, Henrique Medina, reforçou que esse é um fórum para tratar sobre temas relacionados ao mercado imobiliário e indicadores do setor de todo país. "Nesse momento, onde o setor começa a apresentar melhoras de seus indicadores, é muito importante ter um evento como esse em nossa cidade para que a gente possa

fazer benchmarking com outras regiões", declarou.

No fórum será feita uma rodada de mercado para conhecer os diversos censos e consolidar pesquisas da comissão. O grupo ainda será atualizado sobre a questão dos distratos e a situação da Caixa Econômica Federal e do PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida). Fechando a reunião, haverá uma apresentação do Produto Qualidade Estrutural.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Política, economia e despreparo		
	Veículo: Jornal do Comercio	Data: 08/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Negócios	Página: B8	

Flexibilização da CLT ainda não é utilizada pelas empresas brasileiras, sete meses após a reforma

Política, economia e despreparo

Em vigor desde novembro de 2017, a flexibilização da CLT não surtiu efeito no comércio. O trabalho intermitente, aventado por empresários como a saída para elevar a contratação, segue muito pouco explorado e, para além da economia reticente e insegurança jurídica, a falta de dimensão dos varejistas sobre horários de pico nas lojas impede contratações por apenas algumas horas.

“As informações sobre o fluxo de consumidores no negócio ainda não são de domínio de todos os lojistas. As empresas estão em busca de maior ‘previsibilidade’ em relação à demanda apli-

car a nova regra de contratação”, comentou o especialista em varejo da CNC (Confederação Nacional do Comércio), Fernando Gamboa. Na visão dele, essa desconfiança dos empresários tem refletido nas contratações do setor.

Ao longo do primeiro trimestre deste ano houve retração de 2,2% no número de postos formais no comércio, o que repre-

senta a eliminação de 396 mil empregos, segundo informações compiladas na Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios).

Outro indicador, desta vez referente a abril, apontou que, das 316,6 mil admissões feitas no varejo brasileiro, apenas 614 funcionários foram contratados sob uma jornada de trabalho intermitente. Esses dados, revela-

dos no Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), apontam ainda que, apesar do baixo uso da modalidade, o saldo do emprego formal no setor foi de 115,8 mil postos de trabalho. Para o economista do Seade

(Sistema Estadual de Análise de Dados), Alexandre Loloian, historicamente é comum que o setor do comércio apresente uma redução no número de postos de trabalho no primeiro trimestre do ano, influenciada pelos efeitos da sazonalidade.

“A decisão do comerciante de contratar mais funcionários é muito sensível ao entusiasmo do consumidor e clima da eco-



O trabalho intermitente segue muito pouco explorado

nomia como um todo”, diz ele. O economista admite, porém, que nesse ano, em especial, a retomada da geração de empregos no comércio está “demorando mais do que o esperado” – mesmo com a aproximação de datas importantes para o varejo, como por exemplo a Copa do Mundo e o Dia dos Namorados.

Quem vai contratar?

a esse tipo de vínculo empregatício. “Hoje, o segmento de foodservice tem mais facilidade de contratar com esse modelo, pois já sabe os horários de pico para almoço e jantar. Inclusive, os estabelecimentos na região da avenida Paulista foram os primeiros a anunciar vagas deste tipo”, conclui Gamboa.

Ainda de acordo com o estudo do Caged, no Estado de São Paulo –somando comércio, indústria e serviços –cerca de 1.040 pessoas foram contratadas como intermitentes em março. No mês de abril, o número subiu para 1.322 trabalhadores. Em linha com as perspectivas traçadas por Gamboa e Loloian, o economista da FecomércioSP (Federação do Comércio de Bens e Serviços e Turismo do Estado de São Paulo) Guilherme Dietze afirma que o desempenho na geração de empregos no setor foi contrário às previsões otimistas para o período com a nova legislação trabalhista em vigor. “Este é um ano de paralisação, por conta das incertezas políticas das eleições”, diz.

Dietze observa que os segmentos com maior potencial para optar pela contratação intermitente são aqueles que comercializam bens não duráveis, como por exemplo os supermercados e vestuário, os quais não precisam efetivamente de conhecimento específico.

Outra questão levantada por ele é o crescimento da informalidade no setor, já que, em maio, eram 13,4 milhões de desempregados no Brasil.


Outro lado da moeda

Para o diretor jurídico do Sincomercários (Sindicato dos Empregados no Comércio de São José do Rio Preto), Milter Sanches, a reforma Trabalhista trouxe uma insegurança jurídica para o trabalhador, além de resultar em uma diminuição no número de homologações (processo de autenticação sindical sobre a demissão de funcionários) do ano passado para 2018.

Com a nova regra, a rescisão contratual pode ser feita diretamente entre empregado e empregador, sem o convencional intermédio da entidade. Apesar disso, Sanches compartilha da mesma opinião dos especialistas, afirmando que a atual situação do emprego no setor é mais fruto do ambiente economicamente instável do que relacionada às questões de legislação.

“O ritmo do emprego está um pouco mais lento do que os anos anteriores. Mesmo assim, não tenho visto uma retração tão grande nesse sentido”, afirmou o diretor jurídico. Segundo ele, no interior do Estado de São Paulo, o segmento de supermercados é um dos que mantém o nível de contratação dentro da normalidade.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Proposta para regulamentação dos distratos avança no congresso		
	Veículo: CBIC	Data: 08/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: CBIC Mais	Página: On-line	
	Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/06/CBIC_newsletter_142-1.pdf		

PROPOSTA PARA REGULAMENTAÇÃO DOS DISTRATOS AVANÇA NO CONGRESSO

O PROJETO DE LEI APROVADO NA CÂMARA ESTABELECE REGRAS QUE TRAZEM MAIOR SEGURANÇA JURÍDICA PARA INCORPORADORAS E BENEFICIAM CONSUMIDORES ADIMPLENTES



O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, na tarde da última quarta-feira (6), proposta que disciplina os casos de desistência do contrato de incorporação imobiliária. O texto aprovado é um substitutivo do deputado José Stédile (PSB-RS) ao Projeto de Lei (PL) nº 1.220/15, de autoria do deputado Celso Russomanno (PRB-SP). A matéria, que agora segue para análise do Senado Federal, estabelece regras que trazem maior proteção para o mercado imobiliário, o qual vem sofrendo, nos últimos anos, com o aumento no número de litígios relacionados ao desfazimento de contratos. Dentre os pontos regulamentados, estão os valores

a serem restituídos ao consumidor em caso de atraso da obra superior a 180 dias, bem como os valores que podem ser retidos pelas incorporadoras nos casos de "distratos".

Há dois anos em debate, a aprovação do PL na Câmara é um avanço para o setor. A regulamentação dos "distratos" melhorará o ambiente de negócios e permitirá um maior equilíbrio nas relações comerciais, protegendo tanto os consumidores adimplentes quanto os empreendedores. Assim, os incorporadores passam a ter maior segurança jurídica e previsibilidade em seus



José Carlos Martins, presidente da CBIC

empreendimentos e, da mesma forma, os compradores que cumprem com suas obrigações passam a ter mais segurança de que seus contratos serão executados.

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) enxerga a regulamentação dos "distratos" como de extrema importância para o setor e tem contribuído, desde o início das discussões, para a formulação de regras claras e justas que beneficiem a todos os envolvidos, incluindo os agentes financiadores.

"Indiscutivelmente, o grande beneficiado é o consumidor adimplente", afirma o presidente da CBIC, José Carlos Martins, explicando que uma empresa, ao contrair um financiamento, se compromete com determinado volume de vendas, sendo os "distratos" o grande empecilho para o cumprimento dessas metas. "Ao não consolidar as vendas, a empresa não recebe a parcela do financiamento e não consegue dar seguimento normal àquela obra, o que prejudica quem está adimplente. Sem crédito, no mínimo, há atraso de obras e o consumidor corre o risco de ver postergado o recebimento de seu imóvel".

Nesse cenário, o agente financeiro também fica inseguro e, nos últimos anos, o crédito imobiliário se restringiu em razão do baixo número de vendas e do alto



Celso Petrucci, presidente da CII/CBIC

índice de "distratos". "Ao ser regularizado o problema do 'distrato', o crédito volta e, com ele, os empregos. No fundo, o que estamos tentando é regular e simplificar o processo", resume Martins.

Segundo o dirigente, no pico da crise, empresas de capital aberto viram 70% dos seus contratos desfeitos. Dentre os associados da CBIC, esse percentual chegou à faixa dos 20-25% e depois começou a descer. "Hoje, deve estar em torno de 15-17%", estima Martins. "Empresas menores têm um número menor de 'distrato', porque é uma venda mais próxima e sempre existe mais chances de se fazer um acordo".

Durante a aprovação do PL na Câmara, o deputado José Stédile reforçou que "o bem jurídico maior deve ser a proteção dos consumidores que se mantêm no empreendimento e, portanto, querem efetivamente cumprir e ver cumpridos seus contratos". Por sua vez, o autor do projeto enxerga que a proposta atende tanto às necessidades do setor empresarial quanto às dos consumidores. "Faz com que essas pessoas consigam resolver o problema sem terem que demandar uma ação judicial", declarou Russomanno.

Celso Petrucci, presidente da Comissão da Indústria Imobiliária (CII) da CBIC, comentou o resultado da



Deputado José Stédile (PSB-RS)

aprovação: "depois de mais de dois anos de negociação, o setor imobiliário passa a ter um novo marco regulatório que trará maior segurança na comercialização de seus empreendimentos. Não existem vencedores nem vencidos, o texto aprovado pela Câmara dos Deputados foi o possível".

PRINCIPAIS PONTOS DO PROJETO

Com o PL aprovado, na forma de um substitutivo, alguns pontos extremamente relevantes foram conquistados. Um avanço foi a previsão expressa dos valores a serem pagos em caso de desfazimento do contrato, o que traz enorme segurança jurídica ao incorporador, que passa a ter maior previsibilidade do seu negócio.

No caso de dissolução do contrato, seja por "distrato" ou inadimplemento do adquirente, a incorporadora poderá reter a comissão de corretagem e a pena convencional equivalente a 25% da quantia paga pelo consumidor – a multa prevista no projeto original era de 10%. A devolução dos valores deve ocorrer em até 180 dias.

Estando o adquirente em posse da unidade imobiliária, o PL prevê que o usuário deverá pagar pelas cotas condominiais e contribuições devidas a associações de

moradores, pelos impostos incidentes sobre o imóvel e pela fruição do bem (calculada de acordo com contrato ou determinação de juiz).

A proposta estipula também que a entrega do imóvel pode ser feita em até 180 dias corridos após a data prevista contratualmente, sem penalidades para o incorporador. Essa cláusula de tolerância já era permitida pela Lei 4.591/64, mas vinha gerando centenas de litígios judiciais por ser considerada abusiva. Muitas decisões condenaram os incorporadores a pagarem altas multas, bem como lucros cessantes e, em alguns casos, até danos morais. Essa questão já vinha sendo pacificada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), mas o PL vem consagrar a validade da cláusula.

Quanto à penalidade pelo atraso na entrega do imóvel em mais de 180 dias, se houver desistência do contrato pelo comprador, o incorporador deverá restituir a integralidade de todos os valores pagos, além de multa contratual, em até 60 dias corridos. No entanto, havendo continuidade do contrato, o adquirente fará jus, por ocasião da entrega da unidade, a uma indenização de 1% do valor pago para cada mês de atraso.

Dado que a incorporação esteja submetida ao regime do patrimônio de afetação, o incorporador poderá reter até 50% dos valores pagos, após dedução antecipada da corretagem. O valor deve ser restituído em até 30 dias após a expedição do habite-se ou de documento equivalente. Como nesse regime é criada uma segunda empresa para tocar o empreendimento, tendo patrimônio separado da construtora e tributação diferenciada, o agente financiador tem maior segurança de retorno.

Uma novidade a ser observada é o direito de arrependimento em benefício do comprador no prazo

improrrogável de sete dias, sempre quando o contrato for firmado fora do estabelecimento do incorporador ou nos estandes de vendas, com a devolução de todos os valores antecipados. No caso de o comprador não se manifestar nesse período, o contrato será considerado irretroatável.

Importante destacar que o PL 1.220/15 vem alterar a Lei 4.591/64 – que trata das incorporações imobiliárias – e valerá, não havendo lei específica em sentido contrário, também para as incorporações (de mercado) submetidas ao Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

MOBILIZAÇÃO DO SETOR

A CBIC, como representante do setor, vem colaborando para que a versão final do PL a ser aprovada no Congresso Nacional seja a mais adequada. A entidade tem atuado junto aos diversos atores envolvidos nas discussões e aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Recentemente, por exemplo, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) realizou o II Seminário "Incorporação Imobiliária na Perspectiva do STJ: A Proteção do Consumidor", no qual o presidente do Conselho Jurídico (Conjur) da CBIC, José Carlos Gama, foi um dos palestrantes a abordar o assunto. Dentre os graves problemas advindos das rescisões contratuais unilaterais, foram citados: insegurança jurídica; atrasos e paralisações de obras devido à inviabilidade econômica; redução de receitas; aumento do custo pela incerteza do resultado final; suspensão de financiamentos; estímulo à litigância de má fé; e queda da atividade produtiva. Na ocasião, ressaltou-se a busca por uma solução desse impasse. "Se deixarmos de ter um cabo de guerra – onde de um lado está o incorporador e do outro o consumidor – e nos dermos as mãos, e a Justiça fizer o que é mais impor-


tante, que é mediar e conciliar, chegaremos a esse Brasil justo", disse Gama.

Embora o avanço dado no Congresso tenha sido muito importante, o presidente da CBIC comenta que a questão ainda preocupa, porque o PL tem um caminho a percorrer no Senado. "É um dos maiores problemas que temos hoje, porque afeta a saúde financeira das empresas, o que gera desemprego, e causa insegurança em quem faz o investimento, no financiador e no comprador. No final das contas, dá um desequilíbrio total no sistema e é ruim para todo mundo, principalmente para o consumidor adimplente", alertou Martins.

Em seu voto como relator, Stédile enfatizou que um empreendimento imobiliário deve chegar à sua conclusão, com a entrega das unidades prometidas, sendo esta uma segurança para o adquirente e para o setor. "A melhor proteção que se pode dar à sociedade é propiciar acesso à moradia, por meio de um mercado seguro e equilibrado, que viabilize a oferta de habitação a preços viáveis e a concessão de crédito de longo prazo ao consumidor", declarou o deputado, mencionando o perigo advindo dos "distratos": "não se pode, em uma suposta defesa de um interesse individual do comprador de unidades, colocar em risco o direito coletivo daqueles consumidores que pretendem de fato se manter no empreendimento e, em última instância, todas as famílias que planejam a aquisição da casa própria".

O texto deve chegar ao Senado Federal no início da próxima semana e a expectativa do setor é que o PL tramite e seja aprovado rapidamente na Casa devido à importância da regulamentação para o desenvolvimento do mercado imobiliário, para a geração de empregos e para que os futuros negócios sejam fechados em um ambiente de segurança e certezas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Indústria da construção avalia positivamente os seis meses de aplicação da nova legislação trabalhista no país		
	Veículo: CBIC	Data: 08/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: CBIC Mais	Página: On-line	
	Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/06/CBIC_newsletter_142-1.pdf		

INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO AVALIA POSITIVAMENTE OS SEIS MESES DE APLICAÇÃO DA NOVA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA NO PAÍS

PARA O SETOR, REDUÇÃO DE CONFLITOS TRABALHISTAS E AUMENTO DO USO DO NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO SÃO ALGUNS DOS BENEFÍCIOS DA ATUAL CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Rafael Neddermeyer



Passados seis meses de aplicação da Lei 13.467/2017 – que em novembro de 2017 alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), adequando a legislação às novas relações trabalhistas – dados oficiais da Justiça do Trabalho mostram que, entre dezembro de 2017 e fevereiro de 2018, houve 48,3% menos ações trabalhistas novas no País em comparação ao mesmo período anterior. Na avaliação da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), a diminuição do número de processos trabalhistas, após o início da aplicação da nova lei, em novembro de 2017, já fala por si. “O estoque de ações caiu mais de 6% em fevereiro, pela primeira vez em cinco anos na Justiça do Trabalho, ou seja, um dos objetivos da Reforma

Trabalhista – que é diminuir o litígio, trazendo a lide responsável, combinada com outras questões da reforma – já registrou a diminuição do número de ações iniciais”, avalia o presidente da Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT) da CBIC, Fernando Guedes Ferreira Filho.

No primeiro trimestre deste ano, de acordo com o Tribunal Superior do Trabalho (TST), foram ajuizadas 355.178 ações, contra 643.404 em igual período anterior. O número de pedidos passou de 3,9 milhões no primeiro trimestre de 2017 para 1,6 milhão nos três primeiros meses do ano. A redução ocorreu, principalmente, nos pedidos de danos morais. A nova lei

Sérgio Lima



Fernando Guedes Ferreira Filho, presidente da Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT) da CBIC

também reduziu o tempo de duração dos processos e os valores pedidos nas ações.

"Menos litígio significa Justiça com mais qualidade, com mais tempo e cuidado para analisar as ações que são ajuizadas. Com certeza isso será revertido numa melhor prestação de serviço tanto para o empregado quanto para o empregador", destaca Fernando Guedes.

O número de reclamações judiciais tem variado, por estado, entre 50% e 70% da quantidade de ações abertas antes da Reforma. Nos dois primeiros meses deste ano, segundo pesquisa do TST, os três assuntos mais recorrentes nas Varas do Trabalho foram aviso prévio, com 57.697 ações; multa de 40% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com 47.080, e multa do artigo 477 da CLT, pelo atraso no pagamento de verbas rescisórias, com 46.010.

Na avaliação do presidente do Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia (Sinduscon-BA), também vice-presidente da CBIC, Carlos Henrique Costa Passos, a significativa redução de conflitos trabalhistas entre os trabalhadores e empregadores no âmbito da Justiça do Trabalho é muito positiva. "Esse é o efeito mais direto observado por conta da reforma trabalhista", aponta.

PH Freitas/CBIC



Carlos Henrique Costa Passos, presidente do Sinduscon-BA e vice-presidente da CBIC

NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO

Outra conquista importante trazida pela nova legislação trabalhista foi a aplicação do princípio do negociado sobre o legislado, pelo qual a Convenção Coletiva e o Acordo Coletivo de Trabalho têm prevalência sobre a lei. "Nesses seis meses, um dos maiores benefícios para a sociedade foi deixar o campo judicial realmente para as causas que precisam da intervenção do magistrado", destaca o vice-presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco (Sinduscon-PE) e membro da CPRT/CBIC, Érico Cavalcante Furtado Filho.

"O maior ganho foi a igualdade de direito entre as partes na Justiça do Trabalho. Antes o setor da construção era sempre a parte penalizada. Com sentenças justas ou não justas, sempre perdíamos. A Lei trouxe mais responsabilidade para as partes. Agora a Justiça só está sendo usada em causas controversas", diz Érico Furtado, defendendo a existência do fórum judicial. "O que não pode é impor ônus ao empregador se não tiver fundamento legal, como ocorria anteriormente", completa.

RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA MOSTRARÁ NOVAS VANTAGENS DA REFORMA TRABALHISTA

De acordo com o presidente da CPRT/CBIC, as outras

Sérgio Lima



Érico Cavalcante Furtado Filho, vice-presidente do Sinduscon-PE e membro da CPRT/CBIC

questões referentes à nova legislação também estão sendo aplicadas. “Ao contrário do que foi propagado para a nova relação de trabalho, ela não é tão boa para o empregador como se preconizava e nem tão ruim para o empregado como se alardeava. Pelo contrário, ela traz mais equilíbrio nas relações de trabalho, o que se comprova pelos números da Justiça”, diz Fernando Guedes.

“A tendência é de que, com a recuperação da economia, tenhamos um panorama mais bem definido sobre as vantagens que a reforma trabalhista traz não só para o trabalhador e o empregador, mas para o mercado de trabalho e o ambiente de negócios”, destaca Fernando Guedes.

“Ainda vamos ter outros benefícios, mas que ainda dependem de uma consolidação de conceitos judiciais e de fiscalização, mas mesmo ainda não tendo uma amplitude tão grande em relação a todos os itens que a reforma alcançou, só o benefício no tocante à questão das ações judiciais já nos dá um conforto de dizer que ela atingiu um objetivo muito forte”, diz Carlos Henrique.

“Não podemos, como sociedade e entidade empresarial, nos acomodar com o efeito inicial. Temos que continuar discutindo os outros itens que foram implementados, principalmente os referentes à modalidade de contrato de trabalho, que tem que ser discutida e compreendida

tanto por trabalhadores quanto empregadores para que possamos, de fato, ter um ambiente mais flexível nas relações de trabalho, o que requer tempo e aprendizado. Enquanto isso, é preciso discutir e ouvir sempre os três lados – trabalhadores, empregadores e governo, enquanto ente fiscalizador – até o consenso, para que as empresas possam avançar num ambiente seguro”, diz Carlos Henrique Passos.

OIT VOLTA ATRÁS E DECLARA EQUIVOCADA A INDICAÇÃO DO BRASIL À “LISTA SUJA” DE SUSPEITOS DE VIOLAÇÃO DE CONVENÇÕES TRABALHISTAS

O entendimento do setor da construção de que foi equivocada a decisão do Comitê de Peritos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de incluir o Brasil na lista dos 24 casos a serem avaliados de suspeitas de violações de convenções trabalhistas, por dúvidas em relação à reforma trabalhista, em especial sobre as negociações coletivas, foi raticado pela Comissão de Aplicação de Normas da OIT, em Genebra.

Em comunicado ontem (07/06) ao governo brasileiro, a OIT afirma que a reforma trabalhista está em conformidade com as definições da sua Convenção 98.

“Houve muito alarde sobre uma situação que não procedia”, destaca o presidente da CPRT/CBIC, Fernando Guedes Ferreira Filho, esclarecendo que o País não descumpriu nenhuma convenção internacional. “Quem mora no Brasil sabe que as questões de atualização das normas trabalhistas são discutidas há décadas. Não tem como dizer que a discussão não foi suficiente, porque houve debate com a sociedade. Houve discussão inclusive no trâmite da lei, seguindo todas as regras previstas pelo legislativo brasileiro. Tiveram centenas de audiências públicas e debates no Congresso Nacional sobre o tema, envolvendo centrais sindicais, juizes, procuradores, advogados e todos os interessados que puderam participar”.

MAIS NOTÍCIAS

Senado Notícias

[Cota do Minha Casa Minha Vida para trabalhador da construção civil em pauta na CDR](#)

Exame

[Selic no fim de 2018 permanece em 6,50% ao ano, prevê Focus](#)

DCI

[Com PIB fraco, inflação deve seguir dentro da meta e Selic em 6,5% ao ano](#)

Estadão

[Câmara enfrenta o problema dos distratos](#)

Valor Econômico

[Preços na construção civil sobem 0,55% em maio, aponta IBGE](#)

Jornal do Brasil

[Mercado prevê alta de 1,94% no PIB e inflação de 3,82% em 2018](#)

[Custo da construção civil sobe 0,55% em maio, diz IBGE](#)

AGENDA

JUNHO

19 – 6º Reunião da Diretoria

AGOSTO

18 – Dia Nacional da Construção Social (DNCS)